

O governo Mauro Mendes encaminhou um projeto de lei para o Poder Legislativo, com o objetivo de regulamentar uma alteração tributária na forma de se distribuir parte do ICMS aos municípios. Esse projeto levanta algumas questões, que caberão à Assembleia Legislativa discutir nos trâmites do projeto, por meio dos deputados e deputada que representam as diversas regiões do estado, e, por consequência, a população. A primeira questão é: Quem é ou quem são os responsáveis pela riqueza de determinados municípios em Mato Grosso? Grande parte, grande mesmo, foi o Estado brasileiro que proporcionou, especificamente o governo federal, e a partir de um determinado momento, o governo estadual também.

Em uma segunda tentativa de ocupar o território Amazônico, inclusive Mato Grosso, a partir da década de 1960, o Estado lançou mão de mais de 13 políticas públicas, algumas delas: o Programa de Integração Nacional – PIN; o SUDAM, com os Incentivos Fiscais; o Programa de redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria do nortenordeste – PROTERRA; os Corredores de Exportação – CORREXPORT; o Programa de Incentivos à produção da borracha vegetal – PROBOR; o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados); o POLO-AMAZÔNIA; POLONOROESTE; o PRODEAGRO-POLONOROESTE II; o PRODOESTE; PROALMAT, PRODEIC etc.

Uma parte dessas políticas foram executadas a partir de empréstimos, que financiaram o tal “Milagre Econômico” à época do regime ditatorial militar, provocando maior endividamento do Estado brasileiro. Foram obras para viabilizar a chegada da energia elétrica, transporte, infraestrutura viária, escolas, hospitais, contratos com as colonizadoras privadas etc.

Somadas a estas políticas executadas diretamente pelo Estado, houve, e ainda há, o acesso ao crédito, Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, incentivos fiscais, renúncia fiscal, perdão de dívidas, entre outras. Esse somatório de ações públicas explica muito bem porque alguns municípios estão tão bem economicamente e outros nem tanto. É claro que se a gestão municipal não administrasse bem todo esse apoio recebido do governo estadual e federal, eles não chegariam aonde estão. Porém, vamos convir que com dinheiro e apoio técnico é bem mais fácil.

A segunda questão é: quem pagou pelo financiamento de todas estas políticas que garantiram a esses municípios hoje “ricos” sua posição e a possibilidade de serem eficientes no conjunto das demais políticas públicas entregues aos seus moradores?

Do total de 15 bilhões arrecadados pelo governo estadual, em 2020, proveniente da receita tributação, 13 bilhões são do ICMS, imposto pago por todos os moradores de Mato Grosso ao consumir qualquer produto ou serviço, da energia elétrica ao celular novo.

O governo brasileiro decide quem vai pagar mais impostos e faz isso acontecer todos os dias ao cobrar mais impostos sobre o que consumimos do que sobre o salário, renda ou propriedades. Isso faz com os mais pobres e a classe trabalhadora a paguem mais impostos do que os mais ricos.

Na verdade, se fizermos a conta certinha, proporcionalmente, são os moradores dos municípios mais pobres do estado que mais pagam, já que tudo o que eles têm de renda vai para o consumo, são eles que mais financiam o Estado e as políticas públicas.

É evidente que o projeto enviado pelo governo é injusto, pois considera somente o momento atual dos municípios e não quem fez desses municípios as potências que são hoje.

Ao invés de premiar quem já foi premiado, o Estado deve priorizar, por meio de políticas públicas, esses municípios que possuem grandes desafios perante a sua população em relação à saúde, educação, assistência social, moradia, saneamento básico, geração de renda, entre outras. Somos um território único, mas com extremas diferenças.

Somos ricos de natureza, povo e cultura. Esse povo precisa do acesso às políticas públicas que incentivem e apoiem suas potencialidades, não que sejam penalizados novamente por um Estado financiado por todos e todas, porém de forma diferente e injusta.

Lucineia Soares - Economista, Mestra em Política Social e Doutora em Sociologia

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabiola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA (65) 3326-4724 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

SER FAMÍLIA SOLIDÁRIO

Setasc envia cestas básicas e cobertores a famílias de municípios afetados pelas chuvas



Os produtos foram entregues pela Defesa Civil

Vila Bela e Diamantino enfrentam estado de emergência

VÍVIAN LESSA / Setasc-MT

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc-MT) enviou cestas básicas e cobertores para auxiliar famílias dos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Diamantino, que enfrentam estado de emergência e situação de calamidade pública em função de fortes chuvas. Os produtos foram entregues pela Defesa Civil, atendendo aos pedidos dos prefeitos

dos municípios.

Em Vila Bela as chuvas afetaram principalmente comunidades rurais, causando alagamentos e afetando pontos turísticos. A Setasc enviou 400 cestas básicas do programa Ser Família Solidário e 400 cobertores do programa Aconchego através de uma força-tarefa para ajudar as famílias afetadas.

Em Diamantino uma equipe da Secretaria Adjunta de Assistência Social da Setasc esteve no local acompanhando a situação de calamidade pública causada pelas chuvas e orientando o município sobre os procedimentos necessários para o atendimento às

pessoas atingidas. Foram entregues 200 cestas básicas e 200 cobertores. Até o momento 85 pessoas encontram-se desalojadas e cinco famílias desabrigadas.

DEFESA CIVIL MT - O último boletim de previsão de chuvas da Defesa Civil Estadual aponta situação preocupante em 97 municípios nas regiões Centro-Sul, Nordeste, Norte e Sudeste de Mato Grosso.

O alerta laranja indica probabilidade para tempestade, com chuvas de 30 a 60 mm por hora, acompanhadas de ventania de 60 a 100 km por hora, conforme dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

VERÃO CHEGANDO AO FIM

Março será com sol, calor e pancadas de chuva

Assessoria

Março é o último mês do verão e as médias históricas de chuva têm grande redução, em relação à janeiro, sobre o Sudeste e o Centro-Oeste. Mas para a porção norte do Nordeste e do Norte do Brasil, março é um mês de muita chuva e em algumas áreas é o pico da estação chuvosa.

O fenômeno La Niña

continua influenciando o clima no Brasil em março. O oceano Atlântico na costa do Sudeste e do Sul já se aqueceu, o que inibe a organização da Zona de Convergência do Atlântico Sul. A porção do Atlântico na costa norte do Nordeste, entre o Maranhão e o Rio Grande do Norte está com temperatura menor do que o Atlântico Norte acima da linha do Equador. Isto vai afastar a ZCIT da costa norte do Nordes-

te, mas vai privilegiar o Amapá com mais chuva.

NA REGIÃO CENTRO-OESTE - Março será com sol, calor e pancadas de chuva principalmente à tarde e à noite sobre quase todo o Centro-Oeste. Mas o clima seco e quente ainda vai predominar em MS. O nortão de MT terá chuva volumosa, por causa da influência de áreas de instabilidade que avançam do Norte do Brasil para a região.